



Reunião Ordinária ° Conselho Estadual dos Direitos da Mulher 18/04/2017 CEDM/PR

1 Aos dezoito dias do mês de abril do ano de 2017, às 9h00 em primeira convocação, no auditório
2 Mário Lobo, andar térreo do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº- Bairro
3 Centro Cívico, em Curitiba-PR, estiveram reunidas as componentes do **Conselho Estadual dos**
4 **Direitos da Mulher- CEDM/PR** convocadas especialmente para mais uma Reunião Ordinária,
5 logo após a reunião extraordinária do dia anterior, não realizada por falta de quórum. Nesse
6 primeiro momento, a **Coordenadora da Política da Mulher** da SEDS, e vice conselheira **Ana**
7 **Claudia Machado**, iniciou a auto apresentação das Conselheiras já presentes: Melissa Colbert
8 Bello (SEED), Maria Marucha S. Vettorazzi (FETAEP), Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista
9 de Saúde), Silvia Cristina Xavier (SEJU), Luci Weyand Soares (SETI), Giana de Marco Viana da
10 Silva (Grupo Dignidade), totalizando **7 Conselheiras**. Foram aguardados os 30 minutos e às
11 9h30min. Procedeu-se a 2º chamada das componentes do CEDM/PR. **Conselheiras-** Vânia
12 Muniz N. Soares (suplente/Rede Feminista de Saúde), Eliana Maria dos Santos (FETEC-
13 CUT/PR), Jussara Fátima Ribeiro (EMATER-SEAB), Silvia Cristina Xavier (SEJU), Josiane
14 Gonçalves de Andrade (Rede Mulheres Negras/PR), Carmen Cristina Zadra (SEDS), Mariana
15 Dallo (Casa Civil) e a presidente Dóris Margareth de Jesus (UBM), **Totalizando 13 conselheiras**
16 titulares. Sem quórum suficiente, a presidenta Dóris M. de Jesus (UBM) iniciou a reunião,
17 alertando o colegiado sobre o impedimento da realização de qualquer deliberação. E que os
18 documentos apreciados teriam que ser retomados na próxima reunião. Registrada a presença
19 das seguintes colaboradoras: Dra. Mariana Bazzo (Ministério Público), Santa de Souza
20 (Gabinete da Vereadora Maria Letícia), Dra. Danielle Vieira (Assessoria Técnica Jurídica/SEDS)
21 e a Residente Técnica Monique Cabral de Oliveira (SEC). **Item 2 • Aprovação da Pauta; Item 3**
22 **• Aprovação da ata da Reunião Ordinária de Março/2017.** A SEC Juliana Muller relatou que a
23 ata não ficou pronta a tempo. **Item 4 • Relato das Reuniões Realizadas: Comissão do**
24 **Processo de Eleição da Sociedade Civil, biênio 2017-2019:** Registrar em ata que o
25 documento foi lido para conhecimento. A **Presidenta Doris M. De Jesus (UBM)** procedeu a
26 leitura da minuta do edital nº 01/2017 com seus respectivos anexos: ficha de inscrição, prazos
27 da eleição, documentos a serem entregues, validação das candidaturas, divulgação, entidades
28 habilitadas. Algumas discussões surgiram por conta da definição das entidades prestarem
29 serviços em 01 ou mais Municípios. Pediu a palavra a **Promotora de Justiça Dra. Mariana**
30 **Bazzo** informando, que o Ministério Público teve uma controvérsia com relação às entidades não
31 terem CNPJ, vendo nisso um grande prejuízo. Disse acreditar que um Município só vem a
32 preservar o âmbito de participação (pensar no pluralismo). Houve a interferência da **Presidenta**
33 **Dóris**, exemplificando que um clube de Mães não irá reivindicar uma vaga no CEDM, a entidade
34 precisará pelo menos atuar em 3 Municípios. Considerou que se restringir apenas para um
35 Município, abrirá demais. Já a Conselheira **Eliana Maria dos Santos (FETEC-CUT/PR)** avaliou
36 que somente um Município de abrangência é pouco! Apontou que muitas entidades não foram
37 habilitadas devido aos entraves jurídicos. O impedimento maior é, sem dúvida, a comprovação
38 jurídica. Hoje sabe-se que a composição do Colegiado congrega mais entidades sindicais,
39 justamente porque as outras ficaram impedidas. A **Secretária Executiva Juliana Muller** citou
40 que nos casos de vacância, a própria Comissão Eleitoral poderá verificar, assim como os casos
41 omissos e o remanejamento de vagas. Contrapondo, a **Conselheira Carmen Zadra (SEDS)**
42 esclareceu que optaria por colocar um parágrafo adicional onde no caso do não preenchimento
43 das vagas, as remanescentes serão disponibilizadas. Após discussões entre o colegiado acerca
44 do remanejamento de vagas, distribuições entre os segmentos e a comprovação de atuação das
45 entidades nos municípios, foi solicitado que a minuta do Edital fosse reencaminhada as
46 conselheiras por -email para aprovação do documento na próxima reunião. Comissão de
47 Enfrentamento à Violência contra a Mulher: **A vice presidente, Dra. Ana Cláudia Machado**
48 **(SEDS)** fez um resumo das atividades dessa Comissão, informando que foi realizada reunião



50 com a Escola de de Educação em Direitos Humanos- SESDH, no dia 10 de abril de 2017, em
51 continuidade dos trabalhos para elaboração de capacitação de policiais civis e militares no
52 atendimento às mulheres vítimas de violência, assim o relatório foi lido na íntegra. Foi decidido
53 pelo envio do ofício a SETI, contendo o planejamento do Curso EAD. O mesmo já estava pronto,
54 aguardando contribuições do colegiado a respeito do corpo docente. A conselheira **Giana de**
55 **Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade)** solicitou alteração da Unidade I/ Módulo I da
56 programação do Curso, referente ao Conceito, ficando dessa maneira: igualdade de gênero,
57 diversidade sexual, étnica e racial. A colaboradora **Santa de Souza**, assessora da Vereadora
58 **Dra. Maria Letícia** trouxe a notícia da realização do **1º Seminário em Defesa da Vida** focando
59 a questão racial na abordagem da polícia. É o momento dos policiais poderem contribuir. Deixou
60 claro a **sra. Santa**, que a verdadeira atenção da **Vereadora Maria Letícia** é a violência contra as
61 mulheres. Ela apresentou o **Projeto de Lei nº 005.00.033/2017** que está em tramitação em
62 Curitiba, que dispõe sobre vagas nas creches, destinadas a filhos de vítimas de violência
63 doméstica. Essa proposta irá para o plenário e enalteceu a importância do CEDM opinar sobre
64 conseguir essa aprovação. A **Presidenta Doris M. de Jesus (UBM)**, lembrou sobre a falta de
65 quórum, impossibilitando o envio da Carta, porém ressaltou, que as entidades presentes
66 poderiam encaminhar uma correspondência, contendo o apoio a esse projeto. **Item 5 •**
67 **Informes da Câmara Técnica:** - A vice presidente **Dra. Ana Cláudia Machado (SEDS)**,
68 noticiou ao plenário, sobre o cancelamento da última reunião da Câmara Técnica, já que os
69 Municípios não tinham como arcar com as despesas dos participantes. A **conselheira Eliana**
70 **Maria dos Santos (FETEC/CUT/PR)** comunicou ter recebido a agenda das três Unidades
71 Móveis, apesar do atraso. Duas delas eram de responsabilidade do Estado para percorrer o
72 interior e uma para atendimento Municipal de Curitiba e Região Metropolitana. O público-alvo
73 abrange as mulheres do campo, ribeirinhas, quilombolas entre outras. A **conselheira Vânia**
74 **Muniz N. Soares (Rede Feminista de Saúde)** colocou que se o ônibus é destinado às
75 comunidades que não tem acesso a serviços, Curitiba não precisaria entrar. A equipe da
76 Coordenação respondeu, explicando que um ônibus é exclusivo de Curitiba, e que os outros dois
77 são de responsabilidade do Estado e que são destinados a atender tanto o interior quanto a
78 Região Metropolitana de Curitiba A instância para resolver a questão é na Câmara Técnica,
79 ressaltou a vice presidente, **Dra. Ana Cláudia Machado (SEDS)**. Visando esclarecer, a
80 **Conselheira Silvia Xavier (SEJU)** colocou que os ônibus acompanham o Paraná Cidadão, cuja
81 agenda é elaborada pela SEJU e SEDS. A **Dra. Ana Cláudia Machado (SEDS)** avaliou que
82 quando os veículos visitam os Municípios desvinculados de outra ação conjunta, as mulheres
83 demonstram medo de entrar no ônibus. A conselheira **Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP)**
84 realçou ser muito difícil trabalhar a violência no todo. Na área rural, depois que o ônibus passa,
85 a mulher fica à mercê da família, além do que, as casas ficam distantes umas das outras. Sabe-
86 se que muitas mulheres preferem apanhar e permanecer em silêncio. É necessário pois, ter um
87 desvio discreto para chamar as famílias, de preferência conseguindo a participação dos casais
88 para tentar desvirtuar o processo da violência. É preciso entender como é a vivência na roça. A
89 **Dra. Ana Cláudia Machado (SEDS)** sugeriu a parceria com a Secretaria de Agricultura como
90 atrativo. **Item 6 • Informes da Presidência e Sec. Executiva:** - **Justificativas Recebidas:**
91 Tânia Fátima Tait (CUT), Anacelie de Assis Azevedo (SINDIPETRO), Juliane Bielak
92 (SINDIPETRO) Josiane Ferreira Liz (Federação de Mulheres do PR), Maria Aparecida Martins
93 Santos (FESSMUC), Maria Cristina Fernandes (SESA) e Josiane Gonçalves de Andrade (Rede
94 Mulheres Negras -PR). **Substituições:** Substituição da conselheira suplente da SETI – Maria
95 Aparecida da Silva por Tamires Viecelle Lakoski. **Ofícios Recebidos:** Em 12/04, recebido
96 convite para a 1º Conferência Temática da Saúde da Mulher. Para esse evento, as Conselheiras
97 Dóris, Vânia e Juliana comparecerão, no seu papel de Delegadas- Ofício: 220/2017 –
98 MP/Curitiba - Encaminha cópia do ofício p/ ciência do CEDM, a respeito de uma indiciada que



99 ficou presa na cadeia pública com 04 homens no 8º Distrito Policial. Cita as Recomendações
100 Administrativas adotadas, solicitando resposta acerca das providências. A **Promotora de**
101 **Justiça Dra. Mariana Bazzo**, comentou que essa recomendação foi elaborada com a ajuda do
102 Centro de Apoio e que o MP tem algumas ações na área de recorte de gênero, narrando como
103 exemplo, o Município de Cidade Gaúcha, que possui uma Lei Municipal determinando que
104 homens agressores frequentemente um grupo de apoio. No Paraná existe o **Grupo Basta**, mas não
105 se trata de uma Lei Estadual, que estipula essa obrigatoriedade. São réus da Lei Maria da
106 Penha que, quando soltos, deverão comparecer a esses grupos. Cada Comarca dá conta da sua
107 clientela. Opinando, a **Conselheira Maria Marucha (FETAEP)** sugeriu conhecer essas ações,
108 visando criar esses grupos para posterior divulgação. **Eliana Santos, representante da FETEC-**
109 **CUT/PR** sugeriu articular para o próximo plano a implantação para uma Lei Estadual. Já a
110 **Conselheira Silvia Xavier (SEJU)** considerou essencial a atuação do Ministério Público, a
111 exemplo da situação enfrentada com vítimas do tráfico de drogas em Londrina. **Item 7●**
112 **Palavras das Conselheiras: - A presidenta Doris M. de Jesus (UBM)**, falou sobre a
113 necessidade de reagendar a reunião extraordinária do dia 17/04, que não teve quórum, para se
114 obter a finalização do Plano e que se tenha um esqueleto do novo Plano. A conselheira **Melissa**
115 **Colbert Melo (SEED)** relatou também, que no dia de ontem não se obteve quórum no Colegiado
116 e os trabalhos deixaram de ser feitos. É preciso obter uma estratégia mais acelerada, com uma
117 Comissão ampliada e comprometida, para que as coisas caminhem. Pediu a palavra a
118 **Conselheira e técnica da SEDS, Carmen Zadra**, dizendo que uma das questões com relação
119 às metas que não foram exequíveis é ter primeiro um diagnóstico, para se ter a execução de
120 uma Política Pública. Na Assistência Social tentou-se incluir questões que já estavam no
121 planejamento de Garantia de Direitos. Qual seria a demanda prioritária? Incluir um diagnóstico e
122 as Políticas Públicas setoriais poderão ser revistas. Após algumas discussões, o colegiado optou
123 por agendar uma nova reunião da Comissão de Planejamento para dar sequência a
124 sistematização do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Reunião agendada para o dia
125 20/04 às 09:00 no 6º B, com convocação aberta. Dando sequência a Palavras das conselheiras,
126 a conselheira **Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista de Saúde)** informou sobre a realização
127 das Conferências Macrorregionais de Saúde da Mulher (Macrorregional Leste) em Curitiba nos
128 dias 17 e 18/04. Em Cascavel (Macrorregional Oeste) também receberá o evento no dia 18/04 e
129 Maringá (Macrorregional Noroeste) na quarta-feira, dia 19/04. A conselheira **Maria Marucha**
130 **(FETAEP)** informou, que no dia 20, está agendada a passagem do ônibus lilás, no Município de
131 Figueira para cerca de 300 mulheres- Em 12/05, encontro em Goioxim- Na última semana de
132 abril ocorrerá debate sobre as questões da Previdência Social (trabalhadoras rurais).
133 **●Registrada a chegada da Conselheira Marli Mussolini (SEJU)** que informou estar atuando
134 no Centro de Imigrantes e Apátridas, onde tem atendido mulheres, jovens e idosas vindas do
135 Haiti; Cuba e Síria. Devido a essa intensa demanda, tem tido dificuldade de se fazer presente as
136 reuniões do CEDM. Solicitou um espaço para trazer a esse Colegiado todas as atividades
137 desenvolvidas em prol dessas mulheres vindas de tão longe (ações ligadas à saúde, educação,
138 trabalho e direitos humanos). -**Encerramento**. A presente ata foi redigida pela servidora Regina
139 Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva
140 Juliana Muller. O documento após aprovado será publicado no DIOE e inserido no site do
141 CEDM/PR.